

O futebol tabela com a política: futebol e as “Diretas Já” nos editoriais da revista “Placar” (1982-1984)

André Luis Domingos¹

RESUMO

Este artigo busca analisar como o futebol brasileiro, nos anos 1982-1984, relacionou-se com a política, mais especificamente com o movimento que ficou conhecido como “Diretas Já”. O objetivo consiste na análise do envolvimento e o posicionamento da revista “Placar”, uma das principais responsáveis pela cobertura esportiva nacional, diante das “Diretas Já”, movimento que reivindicava eleições diretas para presidente do Brasil, identificando se houve, ou não, colaboração, continuidades e/ou rupturas da publicação em relação ao movimento, no contexto político do país às vésperas de sua redemocratização, após quase 20 anos de regime militar. Para tanto, foram analisados artigos e trabalhos acadêmicos e as fontes históricas utilizadas foram os editoriais da revista “Placar” entre 1982-1984. O recorte temporal se estendeu desde a eliminação da seleção brasileira da Copa do Mundo em julho de 1982, incluindo toda a campanha das “Diretas Já” em 1983 e 1984, a reprovação da emenda Dante de Oliveira em abril de 1984, até a última publicação disponível *online* da revista em setembro do mesmo ano. Nos editoriais analisados que tratavam sobre as “Diretas Já”, houve colaboração e continuidade no apoio e na divulgação do movimento. Em síntese, não ocorreu nenhuma ruptura ou alteração no apoio da revista em relação às “Diretas Já”, incentivando a participação no movimento para os seus leitores/torcedores desde que começou a tratar sobre o assunto e mesmo após a reprovação da emenda, o discurso ainda era otimista em relação ao futuro no que diz respeito às eleições diretas no país.

Palavras-Chave: Diretas Já. Revista Placar. Política. Futebol. Redemocratização.

Introdução

A política, assim como o futebol, promove intensas discussões, sobretudo nos últimos anos no país, no qual os debates políticos assemelham-se à disputa de um jogo de futebol, semelhantes aos torcedores de um clube, defendendo o seu partido ou ideologia, assim como a torcida defende seu time do coração. A expressão “tabela”, tão presente no mundo do futebol, para nós exemplifica a relação próxima que o esporte e a política possuem no Brasil, mais especificamente a relação entre futebol e ditadura militar na década de 1980. É sobre essa “troca de passes” entre futebol e política, caracterizando a “tabela”, que falaremos posteriormente.

Partimos da hipótese que, após a desclassificação do Brasil na Copa do Mundo, em

¹ Graduado em Gestão Pública pela Universidade Metodista de São Paulo, graduado em História-Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Contato: andre.dellan@hotmail.com.

* Um agradecimento especial para Beatriz Domingos, Prof. Dr. Marcelo Polo e Prof. Dr. Fabrício Jose Pereira, este último integrante do ICN-UNIFAL-MG.

1982, o futebol brasileiro, no qual a revista “Placar” teve um papel relevante para a informação de seus leitores no país, passando pelo processo de aceitação da derrota e de canalização desta frustração, repensando os motivos e causas do insucesso no torneio, e, voltou-se ainda mais para o contexto político vivido no Brasil, justamente no período em que se reivindicava a redemocratização. Com a decepção pela derrota no torneio, o mundo do futebol precisava encarar outra derrota, agora política, com os problemas pelos quais passava o Brasil, ainda sob uma ditadura que já durava quase 20 anos. Esse envolvimento do futebol nos assuntos políticos era evidente, uma vez que havia manifestações favoráveis às mudanças, como as “Diretas Já” e o seu envolvimento com o futebol por meio da “Democracia Corinthiana”, que abertamente era a favor da campanha pelas eleições diretas. Essa é a *tabela* da qual falaremos adiante.

Alguns conceitos são imprescindíveis para a compreensão deste estudo. O período no qual vigorou o regime militar será entendido como uma ditadura civil-militar², pois entende-se que houve parcela significativa da população civil, sobretudo a elite dominante, que participou ativamente no golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 (BORGES, 2007, p. 17). Pensando no viés político, a obra de René Rémond (2003) foi bastante útil, assim como o conceito de representação de Roger Chartier (2002). O conceito é importante, pois “as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (CHARTIER, 2002, p. 27).

As revistas apresentam-se a nós, historiadores, como um conjunto significativo de fontes para a prática do conhecimento histórico. Maria Helena Rolim Capelato (1988; 2015) e Tania Regina de Luca (2005) foram fundamentais para o entendimento da análise metodológica das fontes. É fundamental entender historicamente que as revistas, assim como os jornais, constituem-se como um poderoso mecanismo e agentes de informação. Os meios de comunicação negociam um produto muito especial que é capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Não se limitam a apresentar o que aconteceu e, ao fazê-lo, selecionam, ordenam, estruturam e narram de uma determinada forma aquilo que eles próprios elegem como digno de chegar até o público. (DE LUCA, 2005, p.

² Também é possível analisar o período enquanto uma ditadura “empresarial-militar”, linha interpretativa que é defendida por Pedro Henrique Pedreira Campos (2018), em “Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988” e por Mariana Rangel Joffily (2008), na sua tese denominada “No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)”.

139).

Ao utilizarmos a revista “Placar” como fonte histórica, esperamos fortalecer a ampliação do uso desse tipo de documento na prática da pesquisa histórica, diferenciando-se do viés positivista no qual somente documentos oficiais e distantes de seu tempo de produção são fontes históricas “verdadeiras” e confiáveis (FERREIRA; DELGADO, 2014, p. 7-8), consolidando a possibilidade de pesquisas historiográficas consistentes e adequadas aos critérios de cientificidade a partir dos recursos oferecidos pela *internet*, como os acervos digitalizados *online*.

Tratando-se da recente escrita da história dos esportes no Brasil, sobretudo o futebol, o esporte mais divulgado pelos meios de comunicação, “se faz necessário discutir o lugar ocupado pelas revistas nas publicações sobre o esporte bretão” e, especialmente a revista “Placar”, que circula há mais de quarenta anos no país, mostram-se como fontes importantes para a compreensão das relações entre o esporte e a sociedade brasileira (SCHATZ, 2015, p. 47). Assim, “Placar” será utilizada como fonte histórica para entendermos como a revista lidou e se posicionou diante do movimento das “Diretas Já”. Analisaremos os editoriais assinados pelo jornalista Juca Kfourri no período de 4 de junho de 1982, último número (nº 628) da revista antes do início da Copa do Mundo de 1982, até 28 de setembro de 1984, último número (nº 749) da revista disponível *online* no ano de 1984³. O recorte temporal deste estudo se dá entre os anos 1982 e 1984 justamente por ter sido neste período que essa “tabela” entre futebol e política se deu de maneira evidente, com a participação do futebol no movimento das “Diretas Já”, conexão singular que corrobora nosso argumento de um maior engajamento do futebol nos rumos da política nacional no início dos anos 1980.

Desenvolvimento

O futebol e seus vários significados

Falemos agora mais especificamente sobre o significado do futebol e o que ele representa para a nossa sociedade. Para Roberto DaMatta (1994, p. 12), a sociedade brasileira, construída à base de favores e hierarquias, além de demonstrar traços escravocratas quando

³ As edições digitalizadas da revista “Placar” estão disponíveis *online* no site do *Google Books*. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books/serial/L5CwOs59tV8C?rview=1&hl=pt-BR>>. Acesso em 11 set. 2019.

aqui chegou o futebol, teve nesse esporte o “primeiro professor de democracia e igualdade”, pois foi por meio do futebol, que divertia, mas também disciplinava, que a população teve que aprender e respeitar as regras do jogo.

[...] O futebol nos dá uma potente lição de democracia [...] pois as leis têm que ser obedecidas por todos, são universais, são transparentes [...]. Além disso, fica assegurado que, diferentemente da experiência política corriqueira, as regras não podem ser mudadas nem por quem está perdendo, nem por quem está ganhando. [...] Projetada na vida social, é a base da mais autêntica experiência democrática. Em contraste com a situação rotineira que permeia a experiência brasileira, e que não fala de igualdade, mas de posições imutáveis numa hierarquia de poder e riqueza. (DAMATTA, 1994, p. 17).

A história brasileira, desde o fim do século passado até os dias atuais, tem o futebol como importante agente, uma vez que está presente nos diversos momentos políticos pelos quais passamos, enquanto foi ganhando espaço e consolidando-se como a paixão nacional, concomitante à construção da nossa própria identidade nacional. Assim, o futebol “passa a ser também um elemento essencial dessa identidade e de nossa cultura” (MAGALHÃES, 2011, p. 1). O futebol no Brasil ocupa um grande espaço de socialização, no qual o brasileiro se identifica e se reconhece. De fato, a identificação e a mobilização foram tão grandes que não é incomum encontrar pessoas que acreditam que o futebol foi inventado no Brasil, desconhecendo o fato de sua origem inglesa. Soma-se a isso um elemento importante do esporte, que possui “efeito de pausa, feriado, ou descontinuidade com a sofreguidão exigida pela lógica do lucro, do trabalho e êxito a todo custo.” (DAMATTA, 1994, p. 17). Nesse sentido, parte do povo brasileiro encontra no futebol o seu lugar de refúgio ante todas as provações e dificuldades do cotidiano sofrido, especialmente a população mais pobre, não coincidentemente a que mais se identifica com o futebol no país.

O futebol é elemento marcante da identidade brasileira. Ele é capaz de engendrar sentimentos completamente díspares [...]. O futebol cumpre importante papel na formação da consciência de identificação e de diferenciação, na demarcação de “um nós” e de “um outro”. [...] Torcer por um clube ou pelo selecionado do país significa participar ativamente da vida social e da construção de identidades que extrapola o âmbito privado, tais como a casa e a família e ganha o espaço público. (BORGES, 2007, p. 1-2).

Para DaMatta (1994, p. 13), o futebol é um “formidável código de integração social”. Mais ainda, possui a capacidade de proporcionar ao povo brasileiro, especialmente àqueles destituídos de seus direitos básicos, a experiência da vitória e do êxito. Por meio do futebol,

essa parcela da população pode experimentar vencer com seus times escolhidos, o que não lhes é comum devido ao sistema social desigual, hierarquizado e concentrador de riqueza do Brasil. “Essa vitória que a massa, perpetuamente iludida por governantes desonestos, efetivamente desconhece no campo da educação, da saúde e, acima de tudo, da política. Finalmente, o futebol proporciona à sociedade brasileira a experiência da igualdade e da justiça social” (DAMATTA, 1994, p. 17).

Mas é preciso ressaltar que essa visão de um “Brasil, país do futebol” é uma construção histórica e não um elemento natural de nossa sociedade.

A ‘paixão do brasileiro pelo futebol’ é apresentada como uma subjetividade tornada essência, desprovida de tempo e experiência afetiva. [...] A paixão do brasileiro pelo futebol não pode ser analisada como uma coisa dada. Reiterada dessa forma, ela é vazia, autorreferida e não nos ajuda na compreensão do futebol. [...] A alternativa é problematizar essa paixão enquanto uma experiência de vida, individual e social. Subjetiva, enfim. (RIBEIRO, 2012, p. 32-34).

Segundo Ribeiro (2012, p. 34) a construção desse sentimento de paixão se deu “diante do ressentimento à nossa incompletude civilizacional” e “a naturalização da paixão do brasileiro pelo futebol tornou-se um ardil compensatório.” Em outras palavras, essa construção ao longo do tempo passou a ser reconhecida como a nossa identidade, uma identidade própria, assim como seriam o samba e/ou o carnaval. “Uma visão de mundo construída pela necessidade intelectual e política de imaginar a nação.”, completa o autor. Porém, destacamos que essa aproximação entre o futebol, o sentimento da população brasileira pelo esporte e o discurso a ele atribuído, se deu antes da construção dessa ideia de país do futebol, “uma afeição que se desenvolveu de forma autônoma pelos indivíduos comuns, sem que necessariamente existisse nela a consciência do nacional.” (RIBEIRO, 2012, p. 34). Ou seja, a população brasileira já gostava e se interessava pelo futebol antes mesmo e independentemente da construção do futebol enquanto parte elementar de nossa identidade, de forma que essa construção utilizou o sentimento e a emoção de torcer para agregar a ideia de identidade e união nacional no futebol.

Eles amarraram com maestria um projeto político às manifestações culturais, que se organizavam de forma tensa e fluida no tecido social brasileiro. A eficácia desses intérpretes da nação foi a de estabelecer função social e sentido ao que era indeterminação, manifestação espontânea, identidade local e particular. [...] O indivíduo comum [ao torcer pelo seu clube] não age pensando em construir uma unidade abstrata, a nação. Assim como seria ingenuidade imaginar que o envolvimento afetivo dos indivíduos com o futebol é natural, puro ou espontâneo, isento de uma rede de interesses. (RIBEIRO, 2012, p. 34-35).

Dessa forma, a ideia de “Brasil, país do futebol” ou de “futebol paixão nacional” deve ser historicamente desconstruída, evitando-se explicar o complexo pelo simples e pelo vazio.

O uso político do futebol

O uso do futebol pela classe dominante pode ter o poder de reproduzir e reforçar os valores dominantes de uma sociedade. Por exemplo, o futebol reforça e reproduz valores da sociedade capitalista, como a competitividade, que mesmo fazendo parte de todo e qualquer esporte, passou a determinar o sentido e ser o objetivo do futebol, deixando de ser apenas uma prática esportiva, um lazer. Hoje, para o jogador profissional, mercantilizado e burocratizado, o futebol é apenas um meio de adquirir fama e riqueza, deixando de ser o futebol um sentido em si, como pode ser mais facilmente para o jogador amador, da várzea, que pratica o esporte por prazer (VIANA, 2010, p. 15). Portanto, o futebol também é um lugar social no qual é possível “vencer na vida”.

Aqueles que perderam a competição social [...] precisam compensar isso com a vitória em outro lugar, e esse lugar, no Brasil, é principalmente o futebol. Os maiores amantes do futebol estão justamente nas classes desprivilegiadas, onde o sucesso, a fama, a riqueza e o poder não foram atingidos e estão distantes de se concretizar. (VIANA, 2010, p. 11).

Nesse sentido, a *vitória* se concretiza no torcer pelo time vencedor, por exemplo. Esse sentimento de vitória busca compensar a derrota ocorrida de alguma forma, como a realidade social. “Ao ser um espaço de competição que substitui a competição social, mas a reforça no universo psíquico do indivíduo, fortalecendo os valores dominantes, o futebol mostra outro aspecto conservador.” (VIANA, 2010, p. 12). Em outras palavras, a competição e a alta concorrência, importantes elementos da sociedade capitalista, estão presentes diretamente no futebol, sendo esse um dentre vários outros exemplos possíveis da relação e das influências que existem entre o futebol e a sociedade na qual está inserido.

“Devido ao seu caráter mobilizador e por ser parte da cultura e da identidade nacional do brasileiro, o futebol não escapou de ser objeto de interesse de governos e políticos e isso não é um fenômeno exclusivo do Brasil; pelo contrário, ele é bastante comum em diversas partes do mundo” (MAGALHÃES, 2011, p. 1). Desta forma, “o futebol e as práticas esportivas, de modo geral, podem ter usos políticos e ideológicos, visto que é um dos muitos

significados a elas atribuídos, inclusive recorrentes dentro do universo esportivo.” (SPAGGIARI; MACHADO; GIGLIO, 2016, p. 11-12). Foi por tornar-se “um produto cultural de massa em nosso país”, diz Waldenyr Caldas, que o futebol “como todo fenômeno social de grande alcance, tem sido sistematicamente tema de debates em todos os veículos de comunicação”. (CALDAS, 1994, p. 45). Tudo isso evidencia justamente a importância de se investigar as orientações e os propósitos políticos que fazem parte do futebol, preocupação essa que faz parte desta análise.

Sendo assim, não faltam opiniões e questões políticas, sociais, econômicas e ideológicas no que diz respeito ao futebol. Entendido apenas como uma atividade recreativa, lúdica, um lazer, o futebol pode ser visto como uma ferramenta para desviar a atenção da sociedade de problemas realmente importantes como o desemprego, a má qualidade da educação e saúde, injustiça social, entre muitos outros problemas que podemos encontrar no país. Sob essa ótica, o futebol, além de ser o ópio do povo, foi uma ferramenta de manipulação das massas por parte da elite dominante, que o utilizou para manutenção das desigualdades sociais ao enaltecer e exaltar as conquistas do futebol, “deixando para escanteio”, utilizando um trocadilho, os assuntos que realmente importam. O sentido de ópio do povo que o futebol carregava, até meados dos anos 1970 e 1980 no país, era “um documento histórico de uma época que buscava novas categorias de pensamentos que fossem mais condizentes com a luta política. Era um momento que parte considerável da sociedade brasileira buscava ocupar todos os espaços disponíveis de luta [...]” (SOUZA, 2018, p. 4).

Mas a questão talvez resida no fato de que não é o futebol em si que aliena a população e a desvia do que é realmente importante na sociedade, mas sim o uso político e ideológico que a classe dominante faz do futebol, assim como ocorre com outras manifestações populares relevantes. Para Caldas (1994, p. 46), “não é o futebol enquanto tal que aliena. Quem aliena são os governantes que, deliberadamente, usam os esportes de massa com objetivos políticos, quase sempre sem nenhum escrúpulo, sem nenhuma ética”.

O futebol pode ser, então, “um produto alienante que retirava os trabalhadores dos seus reais interesses, desviando a atenção dos seus problemas mais básicos.” (SOUZA, 2018, p. 3). O futebol era utilizado pelos governos como forma de legitimar sua gestão e, ao mesmo tempo, despolitizar a população, desviando-a dos assuntos que realmente interessavam. Nesse mesmo sentido, Caldas (1994, p. 46-47) afirma que os desportos fazem parte, dentre outras coisas, dos aparelhos ideológicos do Estado e, por isso, são utilizados enquanto tal. Ainda

segundo o autor, da mesma forma com que “o Estado autoritário pôde se apropriar do futebol para corroborar o seu poder, durante a Ditadura Militar, por exemplo, no Estado democrático o mesmo futebol pode ser uma expressão de liberdade e democracia” (CALDAS, 1994, p. 46-47). Como exemplo, podemos citar o movimento que ficou conhecido como a “Democracia Corinthiana”, que mesmo durante um período no qual o Estado não era democrático de fato, aproveitou-se do momento de reabertura política vivida pelo país, em 1983, para tentar mudar o retrógrado sistema autoritário de gestão no futebol. Tais mudanças, pautadas pela autonomia dos jogadores, com base no diálogo e decididas pelo voto, transformaram a gestão interna do departamento de futebol do Corinthians, o que refletiu nos resultados em campo e até mesmo fora dele, tornando-se referência no mundo do futebol no que diz respeito a uma gestão participativa e democrática. (FLORENZANO, 2009).

Não há dúvidas, sobretudo no Brasil, que os grandes fenômenos sociais de relevância popular, como o Carnaval e o futebol, estão carregados de questões sociais e políticas. Mas vê-los somente como alienantes significa entendê-los sob uma visão limitada e maniqueísta. Muito se fala sobre a conquista do tricampeonato mundial de futebol, conquistado pela Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, no México, e do uso político feito pela Ditadura Militar sobre essa conquista, para alavancar a sua popularidade e prestígio frente à população brasileira. Emílio Garrastazu Médici, presidente da República no período da Ditadura Militar entre os anos 1969 e 1974, buscou legitimar a sua gestão no “sucesso” do país e um dos elementos fundamentais para garantir esse “sucesso” era o futebol. (CHAIM, 2014, p. 67-75).

A ideia era obter a seu favor todos os frutos políticos que o futebol poderia lhe oferecer e o título conquistado pela seleção brasileira no México em 1970 foi decisivo para a relação entre a política e o futebol, que passou a ser o mais importante dos esportes no país.

A Copa de 1970 foi a cereja do bolo no planejamento que Médici e seus aliados haviam feito para a administração. Se a ideia a ser seguida era a de legitimar politicamente o estado de exceção por meio das demonstrações de progresso e de sucesso do país, a conquista do tricampeonato mundial de futebol pelo país não poderia ter vindo em hora melhor. [...] A Copa de 1970 prestou um serviço que nem 100 anos de publicidade oficial maciça poderiam ter feito. (CHAIM, 2014, p. 99-100).

É fato que a capitalização política das conquistas esportivas aconteceu, mas não por causa do futebol em si, e sim por conta do uso que o regime militar fez do futebol, para

amenizar o estado de terror imposto à população brasileira, cerceada em quase todos os seus direitos sociais, políticos e civis. “O futebol era um elemento que permitia ao regime promover a suposta união nacional e diversidade, em um espaço que não passava pelo setor público.” (MAGALHÃES, 2011, p. 5). O poder político viu no campo esportivo uma oportunidade para tornar seus planos de estabilidade política uma realidade e, assim, os dois interesses, esportivo e político, articulavam-se conjuntamente. Essa associação envolveu a população brasileira em uma atmosfera de sucesso, especialmente após o título da Copa de 1970, aliado também ao crescimento econômico do país naquele momento, o que ajudava a legitimar o governo e cada vez menos as manifestações contrárias e de oposição ao regime. (CHAIM, 2014, p. 155). Em outras palavras, é possível afirmar que o plano esportivo foi um pilar de sustentação política para o governo militar após 1970, um dentre vários exemplos que corroboram a nossa ideia de que futebol e política, no Brasil, há muito tempo “tabelam” juntos.

A tabela entre “Placar” e as “Diretas Já”

A “Placar”, revista brasileira especializada em esportes, foi lançada em 20 de março de 1970 pela Editora Abril, pouco antes da Copa do Mundo no mesmo ano, para preencher a lacuna de uma publicação nacional esportiva, cobrindo especialmente o futebol. A publicação foi uma criação do Grupo Abril, fundado em 1950, grupo que deu origem a outros empreendimentos midiáticos além da própria “Placar”. (SCHATZ, 2015, p. 47). Com o crescimento econômico do Brasil no começo da década de 1970 e a classe média consumista que se firmou nesse período, a publicação se consolidou, especialmente aproveitando-se da repercussão do título mundial da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, no México, como um “terceiro tempo”, espaço no qual os torcedores e leitores encontravam a possibilidade de continuar suas discussões sobre o futebol. A “Placar” se tornou a maior publicação nacional sobre esportes na década de 1980 e uma das principais responsáveis pela cobertura e informações do futebol nacional e internacional naquele momento e, posteriormente, passou a cobrir outros esportes, como o automobilismo, por exemplo, fruto do tamanho de sua importância e prestígio nacional (SCHATZ, 2015, p. 46).

“Diretas Já” foi como ficou conhecido o movimento que defendia o retorno de eleições diretas para a presidência da República, na esteira da reabertura democrática que vivia o país

no início dos anos 1980. O retorno das eleições diretas para presidente e vice-presidente começou a tomar forma quando em 1982, o então presidente João Batista Figueiredo restabeleceu, de acordo com a perspectiva de reabertura política “lenta e gradual”, as eleições diretas para escolha dos governadores estaduais⁴. No mês de março de 1983, após um acordo entre os partidos de oposição ao governo, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), apresentou no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983 que propunha para as eleições, em janeiro de 1985, o fim do Colégio Eleitoral e o retorno das eleições diretas para os cargos de presidente e vice-presidente. Para ser aprovada, a PEC deveria passar pelo Congresso Nacional e ser aprovada por pelo menos 2/3 dos votos dos congressistas.

Analisaremos as “Diretas Já” como um movimento social e não apenas uma campanha pelo direito do voto direto para presidente. Entender as “Diretas” enquanto movimento social é justo pois dessa forma é possível entender alguns

[...] aspectos que seriam marginalizados caso a tomássemos apenas como uma manobra das oposições partidárias ou como eventos de protesto isolados [...]. Os movimentos sociais são vistos como fenômenos de comportamento coletivo que emergem em períodos de ruptura dos mecanismos de controle social e dos imperativos morais, resultando em formas irracionais e desviantes de comportamento. (BERTONCELO, 2009, p. 170).

Nesse sentido, podemos argumentar que o movimento se caracterizou como um movimento social por ser coletivo, amplamente heterogêneo, em um momento no qual a ordem política estabelecida pelo regime militar estava em crise, sendo a redemocratização do país a ruptura desejada pela população. Em outras palavras, as “Diretas Já”, enquanto um protesto social, mobilizou socialmente, politicamente e materializou o descontentamento das variadas camadas sociais com os rumos econômicos e políticos do país. A consequência foi a modificação do sistema político, nas relações entre os centros de poder nacional e estadual, o que acabou por desagregar a base de apoio político-partidária do regime militar (BERTONCELO, 2009, p. 174).

No início de 1984, a campanha pelas “Diretas Já” tomou as ruas das principais cidades do Brasil, com a imprensa fazendo uma grande cobertura de seus eventos, desempenhando um

⁴ Até então, de acordo com a Constituição vigente de 1967, “o presidente da República era escolhido por meio do voto do Colégio Eleitoral, composto pelos membros do Congresso Nacional e delegados indicados pelas Assembleias legislativas dos Estados, de forma que a quantidade deles era determinada pela proporção de eleitores em cada Estado” (MOREIRA, 2001, p. 1879).

papel fundamental pois “[...] teve a oportunidade de demonstrar sua capacidade de expressar as alterações que se verificavam na opinião pública e de, ao mesmo tempo, influenciá-las.” (BERTONCELO, 2009, p. 185). Foi nesse momento que a revista “Placar” passou a cobrir e repercutir sobre as “Diretas Já”.

Falemos agora especificamente sobre a tabela entre a “Placar” e as “Diretas Já”. Foram lidos, analisados e catalogados todos os 121 editoriais da publicação entre 4 de junho de 1982, edição número 628, e 28 de setembro de 1984, edição número 749. O catálogo criado para auxiliar na análise contém informações como data, edição, título do editorial, autor, palavras-chaves, *link* para acesso do editorial disponível *online* e observações sobre o texto lido e analisado. Do total de 121 editoriais analisados desse período, em 9 deles há menção, direta ou indiretamente, ao movimento das “Diretas Já” e todos estes são assinados pelo jornalista Juca Kfourri.

Em 18 de novembro de 1983 com o título de “Nosso futebol ainda despreza a maioria”, o primeiro editorial que faz menção às “Diretas Já” toca no assunto ao falar sobre quem deveria assumir o posto de técnico da eleição, fazendo uma alusão as eleições diretas ocorridas na Argentina para escolha do seu presidente da República. A ideia, proposta pela “Placar”, era também termos eleições diretas para escolha do técnico da seleção brasileira.

As eleições diretas estão na ordem do dia. Se a nação, seguindo o bom exemplo argentino, a aceita quase unanimemente para escolher o próximo presidente da República, por que não obedecer à opinião da torcida quanto a quem deva ser o técnico da nossa Seleção? (PLACAR, nº 704, 1983, p. 3, grifo nosso).

Não se trata diretamente do movimento das “Diretas Já”, mas ao falar que “as eleições diretas estão na ordem do dia”, como citado anteriormente no editorial do dia 18 de novembro de 1983, há uma evidente relação ao tema que, no fim de 1983, já estava em discussão no país. Ao propor que eleições diretas acontecessem também para técnico da seleção, assim como ocorreu com a eleição presidencial no país vizinho, pela primeira vez a “Placar” falava sobre as eleições diretas em sua coluna semanal assinada por Juca Kfourri.

A edição número 715, de 4 de fevereiro de 1984, é a primeira em que Juca Kfourri faz menção direta ao movimento das “Diretas Já”, em sua coluna intitulada “Quando é para valer, o povo jamais falta”, em alusão ao baixo público nos estádios devido a primeira rodada Copa Brasil, com jogos que ainda não eram decisivos. Mas quando o assunto era para valer, como a manifestação pró-Diretas ocorrida em 25 de janeiro de 1984 em São Paulo, o povo não faltou.

“Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos...” eis aí um coro que nenhum frequentador dos estádios brasileiros desconhece. [...] **No último dia 25, em São Paulo, porém, a massa humana - 200, 300, 400 000 pessoas? Impossível um cálculo preciso - que tomou conta da Praça da Sé e adjacências completava o refrão educadamente, civilizadamente, contente: “... queremos eleger o presidente do Brasil.”** (PLACAR, nº 715, 1984, p. 3, grifo nosso).

“Placar” engrossava o coro de apoio ao movimento pelo voto direto, ao mesmo tempo em que aproveitava o assunto para criticar mais uma vez a organização do futebol brasileiro. No mesmo editorial, a publicação reforçava a importância de um dos principais personagens do movimento, Osmar Santos, narrador esportivo que ficou conhecido como a “voz das Diretas” e um dos principais símbolos do movimento, o Hino Nacional, sempre cantado em coro pelas milhares de pessoas que participavam dos eventos, o que dava ao movimento um peso e uma carga emocional muito grande.

A conduzir essa manifestação, única para toda uma geração de eleitores que ainda não pôde votar e escolher o ocupante do mais alto cargo da nação, estava **o simplesmente genial narrador esportivo Osmar Santos, o locutor mais direto do país. Para quem já ouviu e se emocionou com o Hino Nacional nas mais diversas situações - numa Copa do Mundo, por exemplo, é alguma coisa de arrepiante -, a experiência vivida no comício pelas eleições diretas foi inesquecível. O eleitorado todo, o povo inteiro, a torcida brasileira cantava, e chorava num coral nunca antes imaginado.** [...] (PLACAR, nº 715, 1984, p. 3, grifo nosso).

Por fim, em sua coluna semanal a publicação deixa evidente a sua posição favorável ao movimento das “Diretas Já”, ao afirmar que tanto o eleitor quanto o torcedor estão fartos de não poderem decidir os rumos do país e do esporte.

E o motivo para tanto é conhecido. **O torcedor/eleitor cansou de ser manipulado, enganado, e sabe perfeitamente o que quer. Por isso ele toma conta das praças para exigir seus direitos como cidadão, por isso ele não vai aos estádios enquanto o campeonato não for para valer.** [...] (PLACAR, nº 715, 1984, p. 3, grifo nosso).

“As muitas cores de Sócrates” é o título do editorial do número 718 da publicação semanal, em 24 de fevereiro de 1984. Pela terceira vez, o assunto das “Diretas Já” aparece na coluna semana, desta vez trazendo em destaque um dos maiores craques do futebol brasileiro naquele momento: Sócrates.

A volta de Sócrates ao time do Corinthians, no último domingo, definiu com cores nítidas o que ele representa para o clube, para o futebol e para o país. [...]

E foi também com seu retorno que a democracia corinthiana reapareceu em toda a sua plenitude. [...] Tornozeleiras, fitinhas de pulso, solas ou laterais das chuteiras, o Corinthians vestiu-se de amarelo, incorporando-se à campanha “Amarelo pelas Diretas”, lançada em São Paulo na semana que passou. (PLACAR, nº 716, 1984, p. 3, grifo nosso).

O jogador corinthiano, um dos líderes do movimento “Democracia Corinthiana”, cada vez mais demonstrava seu apoio ao movimento das “Diretas Já” e “Placar” ressalta a sua importância, tanto para o futebol quanto para a política, no sentido de que Sócrates tinha bastante influência em seu clube e também fora dele para apoiar o movimento pelo voto direto. Além disso, mais uma vez a publicação semanal reforça um dos principais símbolos da campanha, a cor amarela, além de reforçar a importância de Sócrates, não só para o futebol, mas para a própria sociedade, sendo ele um exemplo a ser seguido⁵.

A edição número 724, em 6 de abril de 1984, não fala, em seu editorial, sobre as “Diretas Já”. Com o título de “Cai o técnico, caem os grandes, não fica nada”, a publicação crítica, mais uma vez, os moldes adotados pelos cartolas brasileiros, desaprovando o sistema de disputa dos campeonatos nacionais que “não privilegia os melhores e sim as circunstâncias, uma competição que o torcedor só entende se tiver um computador a seu lado”. Essa discussão acerca da modernização da administração do futebol brasileiro está presente em todo o período analisado na revista e, nessa edição especificamente, a relação com o movimento das “Diretas Já” não está presente no editorial, mas sim na capa da publicação. Nela, estão as camisas dos clubes classificados para a próxima fase da Copa Brasil, campeonato em disputa naquele momento, e junto dessas camisas está uma camisa amarela com os dizeres “Emoções Já!” uma clara referência ao movimento das “Diretas Já”, que no mês de abril, de 1984, entrava na reta final da sua campanha pelo voto direto.

A publicação, mesmo que indiretamente, novamente relacionava o movimento político ao futebol e manifestava seu apoio a campanha das “Diretas Já”, utilizando dos seus símbolos, como a cor amarela, para impulsionar as suas próprias demandas, como a modernização do futebol nacional. Aqui se vê, mais uma vez, a *tabela* que até aqui temos discutido.

Intitulada “A realização de um antigo sonho”, a edição 726 de 20 de abril de 1984 fala novamente sobre a repercussão do movimento das “Diretas Já”. Na coluna daquela semana, “Placar” falou sobre a demonstração favorável de Pelé ao movimento, que estampou a capa da revista vestindo a característica camisa amarela da seleção brasileira com dizeres em letras

⁵ A capa da edição número 718 de 24 de fevereiro de 1984 mostra Sócrates, em primeiro plano, durante um jogo do Corinthians vestindo sua tornozeleira amarela em apoio a campanha das “Diretas Já”.

pretas: “Diretas Já!”

Há um mês, Pelé encarnou o sentimento do país e declarou-se favorável às eleições diretas. Em seguida, disse que não iria a nenhum comício nem faria proselitismo pela idéia (*sic*), tarefa que deixou a cargo dos políticos. [...] **o Rei estampa no peito a vontade de quase todos os corações e mentes brasileiros.** (PLACAR, nº 726, 1984, p. 3, grifo nosso).

Sendo um dos principais personagens do futebol no país, o apoio de Pelé ao voto direto e a exposição dessa posição na publicação era outro sinal do envolvimento do mundo do futebol com o movimento das “Diretas Já”. O apoio do considerado maior jogador futebol de todos os tempos dava peso e importância para o movimento e a “Placar” colaborou para tanto ao expor essa posição em sua coluna semanal, assim como havia feito com Sócrates nas edições anteriores e também posteriores.

O mês de abril de 1984 foi decisivo para as “Diretas Já”. A votação da “emenda Dante de Oliveira”, como ficou conhecida a PEC 05/1983, aconteceu no dia 25 do mesmo mês, mas só foi encerrada na madrugada do dia seguinte, 26 de abril. Com a proximidade da votação, a “Placar” passou a dar maior destaque ao movimento em seus editoriais (e também em suas reportagens), impulsionada pelo grande apelo da população e pelos comícios em prol do voto direto que aconteceram nas semanas anteriores a votação, os maiores de toda a campanha. Aqui, cabe lembrar que naquele momento a publicação da revista era semanal. Chegava às bancas todas as sextas-feiras, trazendo a repercussão do mundo do esporte na semana que passou. Ou seja, a redação tinha praticamente uma semana para editar e encerrar a sua publicação, repercutindo o que havia acontecido na semana anterior. Dito isso, a edição número 727, de 27 de abril de 1984, mesmo chegando às bancas após a votação da emenda, ainda trazia a expectativa sobre ela, pois a edição havia sido finalizada antes de começar a votação. A repercussão sobre a votação da emenda pelo voto direto só seria publicada na semana seguinte, na edição número 728.

Com o título “Dom Sócrates e as eleições diretas já”, a edição número 727 de 27 de abril de 1984 é o ponto culminante das “Diretas Já” na revista semanal, a edição em que mais se falou sobre o movimento, de forma incisiva e direta. O personagem essencial desse momento para a revista era Sócrates, o principal jogador do país condicionou a sua permanência no futebol brasileiro à aprovação da emenda. Se a emenda fosse aprovada, o “Doutor” permaneceria no Corinthians e não aceitaria a proposta da Fiorentina, que queria

levá-lo para o futebol italiano. A venda de Sócrates para o time europeu seria uma perda não só para o futebol brasileiro, que perderia seu maior craque em atividade no país, mas também política, perdendo o jogador que mais consciente estava do seu papel na sociedade, aquele que mais se envolvia em assuntos políticos e o que mais apoiava o movimento das “Diretas Já”, assim como os demais líderes da “Democracia Corinthiana”. O jogador estampou a capa da edição vestido com as roupas de D. Pedro I, em alusão ao Dia do Fico⁶. Disse o “Doutor” no comício realizado em São Paulo a célebre frase que está estampada na capa da revista: “Se o Brasil mudar, eu fico”⁷.

[...] o maior ídolo do futebol brasileiro condicionou a sua permanência no país à aprovação da emenda Dante de Oliveira. Sócrates está tão interessado nela que, para divulgá-la ainda mais, não teve dúvida em assumir o papel de dom Pedro I, transformando-se na capa desta edição. Bons tempos estes em que as maiores figuras do nosso esporte assumem suas opiniões e as colocam em discussão abertamente, sem medo da crítica conservadora ou da perda de seus privilégios - Sócrates estará trocando cerca de dois milhões de dólares pelo direito de votar. Não é a primeira vez, aliás, que ele age assim. Quando, há pouco mais de um ano, houve eleições no Corinthians e o senhor Vicente Matheus quis retornar à presidência, o Doutor ameaçou largar o futebol caso a chapa Democracia Corinthiana não fosse vitoriosa. [...] **Agora, quando o que está em jogo é incomparavelmente maior, a atitude se repete num gesto generoso de quem perdeu toda a frieza e o famoso autocontrole, chegando a se emocionar às lágrimas com a multidão de quase dois milhões de pessoas que o aclamou no Vale do Anhangabaú, palco da última manifestação pelas diretas, em São Paulo.** (PLACAR, nº 727, 1984, p. 3, grifo nosso).

A publicação encerrou seu editorial afirmando que a decisão ou não pela “Diretas Já” influenciaria em muito o futebol nacional, uma vez que, caso não fosse aprovada, poderia perder o seu maior ídolo naquele momento, além de influenciar também os rumos do esporte. Ficava evidente a expectativa da publicação pela aprovação da emenda pelo voto direto para poder mudar os rumos da política nacional depois de tantos anos, praticamente duas décadas, sob um governo militar que cerceava os direitos do povo brasileiro.

⁶ O Dia do Fico refere-se ao dia 09 de janeiro de 1822, quando o príncipe regente D. Pedro I descumpriu a ordem da Corte Portuguesa que exigia seu retorno para Lisboa. D. Pedro I decidiu ficar no Brasil e no dia citado comunicou ao povo a sua decisão, diferentemente do seu pai, D. João VI, que regressou a Portugal. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**, Livro Primeiro: o novo descobrimento do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 3 v. 2 t.

⁷ A capa da publicação número 727, de 27 de abril de 1984, assim como uma reportagem e entrevista exclusiva com Sócrates, na qual fala sobre sua decisão dias depois do comício, estão disponíveis em: < https://books.google.com.br/books?id=u6qtru2TWxYC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Que os parlamentares brasileiros tenham a mesma generosidade e a sensibilidade de representantes autênticos de quem os elegeu, é o mínimo que todos nós devemos esperar e exigir. Porque, que ninguém duvide, se as diretas não resolverão os nossos problemas, serão o primeiro passo para tanto. Até nos esportes. (PLACAR, nº 727, 1984, p. 3, grifo nosso).

Uma semana depois uma nova edição chegava às bancas. “Aprender a perder para saber vencer” é o título do editorial da edição número 728, de 4 de maio de 1984. Pelo título, fica evidente o tom que marcou a coluna semanal: uma reflexão sobre perder e ganhar, pensando sobre o que viria a seguir após a não aprovação da emenda pelo voto direto para presidente da República. Uma amarga, porém necessária, reflexão sobre o que aconteceu na semana anterior.

Ganhar e perder é do esporte. Talvez seja, aliás, uma das mais belas lições que o esporte ensina. Saber ganhar, saber perder. Na vida é igualzinho. **Quando se sabe perder, arma-se o espírito para saborear a reviravolta e a vitória se torna mais gostosa. A semana que passou foi rica em ensinamentos, neste aspecto.** No esporte e na vida. [...] (PLACAR, nº 728, 1984, p. 3, grifo nosso).

O tom resignado, quase melancólico, da coluna semanal evidencia a decepção da publicação, um reflexo do descontentamento de toda a sociedade brasileira que ansiava pela aprovação da emenda. A reflexão entre saber vencer e saber perder, utilizando o esporte como exemplo para tanto, é bastante pertinente, uma vez que é um exemplo que estamos acostumados a ver, especialmente no futebol, que nos permite vivenciar grandes reviravoltas. Parece ser essa a expectativa de “Placar” para o futuro, que mesmo com esse tom de tristeza pós-reprovação da emenda, ainda mantinha o desejo de conquistar o voto direto que, na verdade, foi a materialização de um desejo muito maior da sociedade brasileira, o de mudar os rumos da política nacional. Portanto, não havia mais como voltar atrás, a população havia deixado muito claro que não mais aceitaria ficar à parte dessas decisões.

Perder e ganhar é do esporte e da vida. Duro é perder de forma ilegítima, sendo prejudicado por quem quer que seja. Se, no esporte, o árbitro não roubou e as condições para o jogo foram normais, é necessário aceitar o resultado e aprimorar o time para dar o troco. Como na vida. E também aí a semana que passou foi exemplar. **Quase todo o país queria - e continua a querer e deve conquistar - que o sagrado direito de eleger o presidente lhe fosse restituído. Perdeu-se uma batalha e é preciso acatar um resultado que, afinal, foi produto da manifestação de parlamentares eleitos legitimamente pelo povo.** A regra é essa. [...] (PLACAR, nº 728, 1984, p. 3, grifo nosso).

Com a emenda reprovada, “Placar” não mais citou o assunto em seus editoriais por algumas semanas, voltando-se especificamente a cobertura das fases finais do campeonato nacional e o início dos campeonatos regionais no país. Em 22 de junho de 1984, chegava às bancas a edição número 735 da revista e nela a publicação faz uma menção indireta às “Diretas Já” em seu editorial. Com o título de “Brasil e Argentina: o futebol do FMI”, a publicação repercute o encontro das duas seleções sul-americanas, ocorrido dias antes. Ao dizer que o futebol (ou a falta dele) praticado pelas duas equipes era basicamente o mesmo, após perder seus principais craques para o continente europeu, “Placar” faz apenas uma distinção entre as duas seleções.

A única vantagem dos argentinos é que eles, pelo menos, já podem votar para presidente. Porque, de resto, estamos iguais, jogando um futebol que não honra nossas mais caras tradições e entregues, na política econômica, às poderosas mãos do Fundo Monetário Internacional, o famoso FMI, uma sigla que faz tremer mais que a CBF ou a AFA, Associação de Futebol da Argentina. [...] **Mas o resgate argentino começou pelas eleições presidenciais** e parece seguir em frente com o endurecimento em relação ao FMI. [...] (PLACAR, nº 735, 1984, p. 3, grifo nosso).

Mais uma vez a publicação condiciona ao voto direto o início de um caminho de mudanças que poderia acontecer caso a população pudesse escolher o seu líder, o que impactaria também os rumos do esporte. Mais uma vez fica evidente a “tabela” que até aqui destacamos entre política e esporte.

A edição número 743 traz o último editorial da publicação que cita as “Diretas Já” no ano de 1984 e chegou às bancas no dia 17 de agosto do mesmo ano, intitulado “Vôlei: missão cumprida”. Ao fazer um comentário sobre a participação brasileira nos Jogos Olímpicos que aconteceram em Los Angeles entre julho e agosto de 1984, sobretudo repercutindo a participação do vôlei que conquistou a medalha de prata, a publicação menciona as “Diretas Já” pela última vez no ano.

O ouro é melhor que a prata, como esta é melhor que o bronze e este melhor que um quarto lugar. Mais ou menos como **a eleição direta é melhor que a indireta, assim como um candidato que tenha respaldo popular seja, por qualquer meio, muito melhor que um que tenha o apoio de apenas 493 cabos eleitorais.** (PLACAR, nº 743, 1984, p. 03, grifo nosso).

“Placar” fala sobre a escolha dos candidatos à presidência da República para a eleição

que aconteceria em 1985⁸, na qual seria melhor eleger o presidente por meio do voto universal do que com os votos do Colégio Eleitoral que representavam, indiretamente, a vontade popular.

Considerações finais

Claro sinal de insatisfação com um regime militar que durava quase 20 anos, a emenda constitucional, que se transformou em palavra de ordem, no fundo significava mais do que uma proposta, era um caminho sem volta: significava o desejo da população brasileira em participar significativamente e ter a oportunidade de, por meio do voto direto, transformar a dinâmica da política nacional. “A ‘campanha pelas diretas já’ foi, de fato, o maior movimento cívico/popular da história brasileira. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva por liberdade.” (DELGADO, 2007, p. 2).

O movimento das “Diretas Já” enfraqueceu definitivamente o regime militar e as suas bases de sustentação nunca mais foram as mesmas. O amplo apoio sócio-político que o movimento criou, isolou o regime de tal forma que não houve saída senão ceder, parcialmente é verdade, às pressões que as ruas demandavam. (BERTONCELO, 2009, p. 188). Além disso, as “Diretas” foram importantes para consolidar as ruas, ou seja, o espaço público enquanto local fundamental da “luta política e da constituição autônoma dos atores coletivos, que exigiam um regime político efetivamente democrático e que aglutinasse a ampla representatividade sociopolítica do país.” (BERTONCELO, 2009, p. 191-192).

“Placar” começou a falar sobre as “Diretas Já” ainda no fim de 1983, mas de forma rápida e superficial. Foi somente em 1984, com o interesse da sociedade cada vez maior pelo movimento, que a publicação passou a mencionar mais sobre o assunto. Ainda no começo do ano, repercutiu sobre os comícios ocorridos em janeiro, fevereiro e março, mas o ponto máximo da cobertura se deu em abril, mês culminante da campanha pelo voto direto,

⁸ A eleição indireta para presidência da República aconteceu em 15 de janeiro de 1985 e o Colégio Eleitoral, formado por 686 congressistas e delegados das assembleias legislativas de todo o país elegeram Tancredo Neves como presidente da República e José Sarney como vice-presidente, ambos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que representava a oposição ao governo militar. Foi a primeira eleição para presidência da República desde a votação que elegeu Jânio Quadros para o cargo, somando mais de duas décadas, portanto, sem que houvessem eleições, mesmo que indiretas, para a presidência da República. Para maiores informações acessar **Eleição de 1985: fidelidade partidária no colégio eleitoral**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/eleicao-de-1985-fidelidade-partidaria-no-colegio-eleitoral>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

sobretudo na edição número 727, de 27 de abril de 1984. É nela que a publicação tratou direta e incisivamente sobre as “Diretas Já” e evidenciou o seu apoio ao movimento, declarando a sua expectativa pela aprovação.

Todos os nove editoriais analisados que citam as “Diretas Já” são assinados pelo jornalista Juca Kfourri e em todos eles o tom é favorável ao movimento pelo voto direto. Não houve nenhuma ruptura no apoio à campanha, nem mesmo discurso negativo acerca do tema. De maneira geral, a coluna semanal apoiou o movimento das “Diretas Já” desde o seu começo e continuou apoiando mesmo após a reprovação da “emenda Dante de Oliveira” e não identificamos nenhuma ruptura no discurso da revista em relação as “Diretas”. Em síntese, a publicação apoiou e incentivou o movimento para os seus leitores/torcedores desde que começou a tratar sobre o assunto e mesmo após a reprovação da emenda, o discurso ainda era otimista em relação ao futuro no que diz respeito às eleições diretas no país.

O clima de tristeza que tomou conta do futebol devido a derrota da seleção na Copa do Mundo de 1982, somada a decepção política da não aprovação da emenda pelas “Diretas” deixou o clima ainda mais negativo no país. Para Magalhães (2011, p. 13) “[...] o brasileiro voltou a sentir a sensação de impotência e derrota como parte de sua realidade”. Mesmo com o sentimento de decepção, tristeza e impotência, devido a não aprovação da emenda, esse momento ficou marcado na história do país, um marco pela reconquista do estado democrático de direito.

Com a derrota da seleção nacional na Copa do Mundo de 1982, o futebol nacional voltou-se ainda mais aos assuntos internos e contou com a ajuda e influência de jogadores importantes, como Sócrates, para discutir a situação política do país, sob um regime militar que durava quase duas décadas. O futebol na primeira metade da década de 1980 e o movimento das “Diretas Já” caracterizam um momento especial na história do Brasil, no qual futebol e política, mais do que nunca, tabelavam juntos.

REFERÊNCIAS

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 169-196, 2009.

BORGES, Luiz Henrique de Azevêdo. Do complexo de vira-latas ao homem genial: futebol e identidade no Brasil. **Histórica**, São Paulo, v. 3, n. 24, 2007.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-42.

CALDAS, Waldenyr. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. **Revista USP**. São Paulo, n. 22, p. 41-49, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 114-136.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CHAIM, Aníbal Renan Martinot. **A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

DAMATTA, Roberto. Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**. São Paulo, n. 22, p. 10-17, 1994.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24., 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2007.

FERREIRA, Marieta; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: Educ, Fapesp, 2009.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Futebol em tempos de ditadura civil-militar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diretas Já. *In*: ABREU, Alzira et al. (coord). **Dicionário histórico e biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 2, p. 1879-1892, 2001.

REVISTA PLACAR. n. 628, 04 jun. 1982 ao n. 724, 28 set. 1984. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/serial/L5CwOs59tV8C?rview=1&hl=pt-BR>. Acesso em: 11 set. 2019.

REVISTA PLACAR. n. 718, 24 fev. 1984. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=V4_2y4jTP1cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 nov. 2020.

REVISTA PLACAR. n. 724, 04 abr. 1984. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=41n4-5UqVoMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 nov. 2020.

REVISTA PLACAR. n. 726, 20 abr. 1984. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=9dJRBV-Smv4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 nov. 2020.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol: por uma história política da paixão nacional. *In: História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 57, n. 2, dez. 2012.

SCHATZ, Patrícia Volk. **A imprensa escrita entra em campo:** relações entre política e futebol através da análise da revista placar (1974-1982). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOUZA, Denaldo Archone de. **As origens de “O futebol é o ópio do povo”.** Disponível em:
<https://www.ludopedio.com.br/arquivancada/as-origens-de-o-futebol-e-o-opio-do-povo/>. Acesso em: 11 set. 2019.

SPAGGIARI, Enrico; MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. GIGLIO, Sérgio Settani (orgs.). **Entre jogos e copas:** reflexões de uma década esportiva. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2016.

VIANA, Nildo. Notas sobre o significado político do futebol. *In: Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 10, n. 111, ago. 2010.